

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

**A GEOGRAFIA DA TRANSNACIONALIDADE DA
ECONOMIA BRASILEIRA**

SANDRA LÚCIA VIDEIRA

Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.1: 195-216, jan., 2015.

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/47313/32942>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - jan., 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

A GEOGRAFIA DA TRANSNACIONALIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA

SANDRA LÚCIA VIDEIRA¹

ANDRESSA CONSALTER²

RESUMO

O aumento do investimento estrangeiro direto no Brasil, a partir da década de 1990, é relevante na história econômica do país, influenciado pela abertura da economia, fruto da adoção de políticas neoliberais que conjugaram além das privatizações em diversos setores da economia, a instalação de multinacionais com controle acionário de variadas nacionalidades. A partir desse cenário nos propuemos a analisar a presença de empresas de capital estrangeiro no Brasil, dentro do universo das 500 maiores empresas por venda, durante os anos de 1995 à 2011, revelamos que tradicionalmente os maiores emissores de IED para o país pouco mudaram ao longo da história. Quando buscamos outras facetas de análise, como nacionalidades ou setores em que as multinacionais atuam, a questão se repete, o que revela que tradicionalmente a hegemonia na economia mundial pouco mudou, embora, vez ou outra, novos atores surgem para trazer diferencial à história da internacionalização da economia brasileira.

Palavras-chave: Internacionalização da Economia Brasileira; Empresas Transacionais; Investimento Estrangeiro Direto (IED).

INTRODUÇÃO

Este texto se debruça a estudar a origem do capital estrangeiro no Brasil a partir da presença de empresas multinacionais. Dessa forma, as discussões aqui apresentadas serão norteadas a partir de três eixos principais: alguns apontamentos quanto a internacionalização da economia brasileira; o processo de globalização e a intensa presença do Investimento Externo Direto - IED no Brasil e; a presença e origem do capital das maiores multinacionais no país.

Assim, na primeira parte abordamos a discussão do capital internacional focando principalmente sua disseminação pelo Brasil. Entende-se, por meio das discussões e leituras aqui realizadas que a questão da internacionalização da economia brasileira embora focada principalmente nas duas últimas décadas, remonta há muito mais tempo como apresenta Gonçalves (1999 e 2003), obviamente inserida

1 Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO. E-mail: slvideira@yahoo.com.br.

2 Mestranda em Geografia junto a Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO Guarapuava – PR, Membro do Grupo de Estudos da Dinâmica Econômica – GEDE, andressaconsalter@hotmail.com.

dentro de outras determinações políticas, econômicas e sociais, mas que grosso modo apresentam os mesmos interesses: ampliação da escala de acumulação.

Na segunda parte do texto, analisa-se o processo de globalização e a intensa presença de IED, principalmente a partir da década de 1990. Esse momento é relevante na história econômica do país por ir ao encontro do contexto da abertura de sua economia, fruto da adoção das políticas neoliberais, inserindo também neste panorama um acentuado processo de desnacionalização da economia, como bem aponta Gonçalves (1999). Por fim, na última parte, apresentamos os controles acionários das empresas multinacionais presentes no Brasil, os setores em que atuam, assim como a evolução desses dados durante os anos de 1995 à 2011.

Diante este contexto, esse trabalho de pesquisa trouxe como objetivo analisar a internacionalização da economia brasileira a partir da presença de empresas de capital estrangeiro no Brasil, dentro do universo das 500 maiores empresas por venda, de 1995 à 2011. Contribuindo assim para desvendar um pouco mais sobre a internacionalização da economia brasileira, identificando os setores em que as empresas estrangeiras atuam; as origens dos controles acionários das empresas além das alterações quanto à origem do capital ao longo do recorte temporal escolhido.

Para isso, a pesquisa bibliográfica veio para dar subsídio a fundamentação teórica, o que nos permitiu fazer a leitura de nosso objeto de pesquisa, fazendo-nos compreender como se desenvolveu a economia do Brasil no que tange a sua internacionalização. Num segundo momento, a pesquisa se direcionou para os levantamentos de dados, nos últimos dezessete anos³ (1995-2011), junto a Revista Exame – Melhores e Maiores, publicada anualmente com as informações sobre as 500 maiores empresas que atuam no Brasil. Buscamos assim, anualmente identificar as empresas, setores e o controle acionário de empresas estrangeiras para que pudéssemos analisar como se comportou as alterações nesse período de análise. Por fim, uma sistematização dos dados foi realizada para melhor compreensão, facilitando a análise das inter-relações dos mesmos e sua visualização sobre o território.

ALGUNS APONTAMENTOS QUANTO A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A análise da internacionalização da economia brasileira a partir da presença das empresas de capital estrangeiro no Brasil, exige o resgate de alguns momentos marcantes referente à sua economia e internacionalização.

É fundamental lembrarmos que, desde o final do século XX, o capitalismo estendeu seus “tentáculos” numa escala mundial. Benakouche (1982, p. 28) afirma que

Suas formas de expansão mudaram bastante desde seu início até agora. De fato, a expansão contínua e permanente do capitalismo conduziu, hoje, a uma internacionalização do capital. Essa internacionalização não é um

3 Optamos por esse período por permitir uma análise de um momento de grandes mudanças nesse cenário da internacionalização e, também por ser a partir deste período que a Editora Abril lança essa edição especial da Revista Exame que ranqueia as empresas no país.

acidente na história do capitalismo; ao contrário, ela é o produto de uma evolução e de um desenvolvimento lógico do capitalismo. Ela torna-se hoje mais real com a importância crescente das empresas multinacionais, mas originou-se durante os anos 1880.

Assim, temos também segundo Benakouche (1982, p. 35-36) que

O ciclo do capital-mercadoria foi o primeiro a se internacionalizar. O movimento de acumulação de capital, sob a base da internacionalização do capital-mercadoria, contribuiu para um processo de ampliação das esferas de troca (mercados), para a introdução do capitalismo nos espaços onde existiam outros modos e formas de produção, e também para a inserção das relações externas no desenvolvimento contraditório da acumulação de capital.

Pode-se então, datar o início do sistema internacional, segundo Almeida (2002, p. 18), “a partir da paz de Vestfália, ao final das guerras de Religião (1648), quando são afirmados os princípios da soberania e da igualdade política entre os Estados reconhecidos como independentes pela ‘comunidade cristã de nações’”.

Portanto, a formação do sistema internacional é de longa data, obedecendo em cada momento histórico as racionalidades de seu tempo. No entanto, é a lógica contemporânea da economia internacional que vai ao encontro de nossos objetivos, por cravar no espaço uma rede de fluxos das mais diferentes ordens contribuindo para uma intensa relação entre os países. Nesse sentido, é do último quartel do século XX que estamos falando. Almeida (2002, p. 43) corrobora nesse entendimento ao trazer alguns elementos que caracterizam este momento:

Salto tecnológico, mudanças de padrões monetários, crises financeiras, anos de crescimento sustentado seguidos de conjunturas de estagnação, surtos de liberalização alternando com impulsos do protecionismo comercial, incorporação de novos atores econômicos e preservação de velhas desigualdades estruturais, fases de fechamento e de abertura aos movimentos de pessoas e aos fluxos de capitais, redistribuição dos fluxos de renda em direção de novos centros de acumulação e confirmação de antigos mecanismos de concentração e de acumulação.

Podemos dizer que apesar de ter sido dominada pela crise e estagnação durante a maior parte dos anos 1980, a América Latina, segundo Almeida (2002, p. 97)

Começou lentamente a recuperar-se de seus principais problemas econômicos (dívida e inflação) na transição democrática de meados da década. Mas, ainda no final do século, a região não conseguiu se desfazer de suas mais perversas mazelas sociais, consubstanciadas, em grande número de países, nas altas taxas de desigualdade na distribuição da renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores da cidadania. Esses fatores econômicos e sociais, como sua própria excentricidade em relação aos principais cenários de disputa estratégica, explicam a perda de importância internacional da América Latina.

Participando dessa discussão da América Latina, devemos nos referir ao desenvolvimento econômico do Brasil, em especial relembrando seu período de colônia, que para Singer (2001, p. 80)

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguia as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povaréu primitivo e miserável. Junto com perfumes, jóias, roupas e calçados, livros e revistas, bengalas e caixas de rapé. Vinham as idéias e os ideais. Infelizmente (como bem observou Roberto Schwarz) ‘fora do lugar’ numa sociedade escravocrata. E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infra-estrutura de serviços urbanos, de energia, transporte e comunicações.

Esses capitais que vinham de fora naquela época, como cita o autor, também vieram mais tarde para serem investidos em indústrias de base que permitiram acelerar o desenvolvimento do Brasil.

Como nos diz Almeida (2002, p. 134), ao longo do século XX, o Brasil experimentou “uma redução em seu coeficiente de abertura externa ainda que ele tenha, nesse período, diminuído temporariamente o diferencial de renda em relação aos países desenvolvidos”. Em especial:

O país teria aberto indiscriminadamente sua economia ao investimento estrangeiro – via privatizações ou desregulação de setores antes reservados ao capital nacional – ou a de que o governo teria conduzido uma abertura comercial externa “irresponsável”, sem “reciprocidade e sem barganha”, dando início, assim, a uma fase de déficits comerciais crônicos em nosso balanço de pagamentos e, pior, a um processo de desmantelamento progressivo do parque industrial instalado (ALMEIDA, 2002, p. 145).

Se formos seguir um cronograma da questão da economia internacional do Brasil, fica clara a ideia que Benakouche (1982, p. 60) nos traz, de que:

A dimensão internacional da economia brasileira é um fator constitutivo de sua história, a partir do seu regime colonial. A participação do capital estrangeiro foi significativa nos diversos ciclos econômicos – açúcar (1530-1650), ouro (1700-1780), café (1840-1930); ela passou de 190 milhões de dólares em 1880 para 1,9 bilhão em 1914, 2,6 bilhões em 1930. [...] Essa dimensão internacional teve uma importância menor durante todo o período 1930-1945, único período, aliás, durante o qual o capital estrangeiro foi secundário em relação ao capital nacional. Isso se explica certamente pela grande crise de 1929. [...] No entanto, a partir de 1964, o capital estrangeiro voltou a marcar fortemente sua presença na economia brasileira.

Segundo Sambatti e Ribeiro (2005, p.3) a década de 1980 é também marcada “[...] pela crise da dívida externa e elevadas taxas de inflação. Desse modo, os

volumes de Investimento Externo Direto (IED) se reduziram, significativamente, em relação à década de 1970”. A partir da década de 1990, segundo o mesmo autor, o IED “deixou de ser um investimento voltado somente para países desenvolvidos, passando a ter grande influência e participação nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil”.

Por fim, a abertura comercial iniciada com ênfase na década de 1990 permitiu um aumento na vinda de fluxos de IED para o Brasil. Sambatti e Ribeiro (2005, p.4) afirmam que “[...] esse aumento dos IEDs, na década de 1990, foi reflexo da globalização financeira e de constantes processos de fusões e aquisições” que, junto com a política do neoliberalismo consolidaram as bases para que isso ocorresse.

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E A EXPANSÃO DO IED NO BRASIL

O processo de globalização encontra na academia várias direções de discussões sobre sua origem e encaminhamentos, mas todas culminam, grosso modo, na interação de países e pessoas, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que os envolvem.

Segundo Sene (2003, p. 38), “a globalização pode ser interpretada como a etapa do desenvolvimento capitalista em que ocorre a universalização das técnicas enquanto fato”.

Para Videira (2009, p. 46), a partir do fim da Segunda Guerra Mundial

Uma série de transformações em escala mundial marcará várias esferas: econômicas, políticas, jurídicas, institucional, social, cultural, ambiental, geográfica, militar, demográfica, e geopolítica, no entanto, somente a partir da década de 1990 a palavra globalização foi adotada para expressar tais transformações.

Sene (2003, p. 42), afirma que, no pós-Segunda Guerra, um número crescente de corporações, buscavam por “novos mercados para investimentos e para colocação de seus produtos, transformaram-se em multinacionais. Notadamente houve uma intensificação dos fluxos de capitais produtivos em busca de custos menores de produção”. Essas empresas procuravam assim, lugares que existissem matéria prima barata, grande oferta de mão-de-obra, atrativos fiscais, mercado consumidor em potencial, dentre outros. É nesse contexto que grande parte das empresas que constituem as maiores em atuação no Brasil se inserem, como tem revelado de nossa pesquisa e que será evidenciado mais adiante.

Se resgatarmos a partir do século XX parte da história econômica do país, o Brasil no ano de 1930 “já alojava grandes empresas multinacionais, que dentro da política de substituição das importações também eram bem recebidas pelo governo brasileiro, encontrando aqui ambiente liberal e propício para sua instalação, o que estimulou a indústria doméstica” (VIDEIRA, 2009, p. 106).

Temos como exemplo desse momento apresentado acima, o que Singer (2001, p. 111) apresenta como a:

Audaz política automobilística, inaugurada pelo Brasil na década de 1950, e depois imitado por outros países, as multinacionais investiram em alguns países periféricos, com o intuito de produzir para os seus mercados internos. Isso lhes permitiu algumas décadas mais tarde, transformar alguns desses países em plataformas de exportação à seus países de origem e a outros do primeiro Mundo.

Com o passar das décadas, segundo Videira (2009, p. 52), o Brasil

Aderiu à economia global mais ou menos na época em que o ex-presidente Fernando Collor de Mello anunciava o fim da economia protecionista brasileira. Portanto é na década de 1990 que o tema passou a ocupar uma posição central no debate brasileiro. A isso, seguiram-se privatizações, desregulamentação e um acesso facilitado à rede de comunicações global.

E foi, portanto, durante o curto mandato de Collor (1990-1992), que este “inaugurou o neoliberalismo no Brasil, abrindo gradativamente o mercado interno às importações e iniciando a privatização das empresas estatais produtivas” (SINGER, 2001, p. 116).

Gonçalves (2003, p. 28), destaca que:

A ascensão do neoliberalismo foi o determinante político fundamental da globalização econômica [...] A liberalização representa a redução das barreiras comerciais de acesso aos mercados nacionais. A desregulamentação envolve a eliminação ou afrouxamento das normas reguladoras da atividade econômica. O que o neoliberalismo faz é a troca de sinais: intervenção estatal x iniciativa privada; regulação x mercado; barreiras comerciais x liberalização; controle do investimento externo x abertura.

Ampliando a reflexão sobre o neoliberalismo, Gonçalves (2003, p. 28), reforça que:

O fenômeno da globalização nas últimas duas ou três décadas foi determinado pela onda de liberalização e desregulamentação que atingiu tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento. Essa onda tem como marco a eleição de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979 e de Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980. Esses governos conservadores não apenas implementaram políticas de liberalização e desregulamentação em seus próprios países como também usaram instrumentos de política externa para promover políticas liberais no resto do mundo.

Podemos assim considerar, segundo Gonçalves (1999, p. 17), que a desnacionalização da economia brasileira ocorre no contexto do “processo de globalização econômica que se manifesta pelo crescimento extraordinário dos fluxos

internacionais de capitais e pela crescente integração entre economias nacionais”.

Prosseguindo com essa discussão quanto ao processo de globalização econômica, queremos destacar uma de suas características marcantes - o aumento dos fluxos mundiais de investimento externo direto (IED). Segundo a UNCTAD, o IED é:

Uma categoria de investimento que reflete o objetivo de uma empresa residente numa economia (investidor direto) para estabelecer os interesses duradouros numa empresa (empresa de investimento direto) que é residente em uma economia diferente da do investidor direto. Interesse duradouro implica na existência de uma relação de longo prazo entre investidor direto e a empresa de investimento direto, e um grau significativo de influência na gestão dessa empresa. direta ou indiretamente detentores de 10 % ou mais dos votos de empresa residente pelo investidor já considerada evidente por uma relação⁴ (Tradução Nossa).

De modo geral, “o investimento externo direto refere-se a todo fluxo de capital estrangeiro destinado a uma empresa (residente) sobre a qual o estrangeiro (não-residente) exerce controle sobre a tomada de decisão” (GONÇALVES, 1999, p. 24).

Para Dicken (2010) o IED é uma medida das atividades das empresas transacionais, importante, mas não engloba as estratégias cada vez mais diversificadas pelas quais estas empresas organizam suas teias de produção e comercialização.

O investimento externo direto, segundo Sene (2003, p. 145), “é um dos mais importantes fluxos de globalização, distribui-se de forma extremamente desigual no espaço geográfico planetário, ao longo dos anos 1990”, o que não é diferente uma década depois como mostra a Tabela 1:

Os dados desta tabela reforçam a afirmação do autor quanto a distribuição desigual do IED, com gradientes de valores entre os anos de 1970 a 2012 para os diversos países mencionados, principalmente quando se compara as economias centrais daquelas ditas em vias de subdesenvolvimento.

A tabela é reveladora de um volume de fluxos de IED que aumentaram exponencialmente em nível mundial, enquanto na década de 1970 apenas três países (Canadá, Reino Unido e Estados Unidos) chegavam a casa do bilhão, em 2012 todos elencados na tabela alcançam esta casa. O volume mundial de IED que era de 13,3 bilhões de dólares em 1970, atinge no ano de 2012, 1.524,4 trilhões de dólares. Nesse montante a distribuição desigual é gritante.

4 Foreign direct investment (FDI) is a category of investment that reflects the objective by a resident enterprise in one economy (direct investor) of establishing a lasting interest in an enterprise (direct investment enterprise) that is resident in an economy other than that of the direct investor. Lasting interest implies the existence of a long-term relationship between the direct investor and the direct investment enterprise, and a significant degree of influence on the management of that enterprise. Direct or indirect ownership of 10 per cent or more of the voting power of an enterprise resident in one economy by an investor resident in another economy is considered to be evidence of such a relationship (OECD, 2008, paragraph 117).

Os Estados Unidos que na década de 1970 recebiam IED com valores próximos a de outras hegemonias mundial, a partir da década de 1980 passa a concentrar valor quatro vezes maior que o segundo colocado, concretizando seu papel de economia central. No entanto nos anos 2000, essa distancia se reduz, tendo em vista a emergência da China, que embora apareceu no conjunto dos maiores receptores de IED apenas em 1985, no ano de 2012 já é a segunda maior direção desses fluxos. E, nesse sentido o volume de IED dos EUA é apenas o dobro do segundo colocado em 2012.

Outra observação que deve ser relacionada à tabela são as crises financeiras mundiais que afetaram o montante do IED em circulação. Ao longo da década de 1990 várias crises despontaram no cenário mundial: a crise do México (1994-95), a da Rússia (1998), a asiática (1997-98). No final da década de 2000, foi marcante a crise norte americana e dos países da Zona do Euro e, como sabemos, um mercado integrado também passa por crise integrada e nisso reflete as oscilações do fluxo de IED que presenciamos na tabela, refletindo em diminuição na participação e emergência de novos atores atrativos ao capital externo.

Tabela 1 – Os maiores receptores de investimentos produtivos do mundo entre 1970-2012 (em bilhões de dólares)

PAÍSES	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2012
Estados Unidos	1,2	2,5	16,9	20,4	48,4	58,7	313,9	104,8	197,9	226,9
China	-	-	57	1,9	3,4	37,5	40,7	72,4	114,7	123,9
Bélgica	-	-	-	-	-	-	-	34,3	81,1	89,1
Hong Kong	50	377	710	-267	3,2	6,2	61,9	33,6	71	83,1
Brasil	392	1,2	1,9	1,4	989	4,4	32,7	15,0	48,5	66,6
Reino Unido	1,48	3,3	10,1	5,6	30,4	19,9	118,7	176,0	50,6	53,9
Rússia*	-	-	-	-	-	2,0	2,7	12,8	43,2	52,8
Canadá	1,8	3,3	5,8	1,3	7,5	9,2	66,7	25,6	23,4	40,9
França	621	1,4	3,3	2,2	15,6	23,6	43,2	84,9	30,6	40,9
Alemanha***	-	-	-	-	2,9	12,0	198,2	47,4	46,8	40,4
Índia	45	85	79	106	237	2,1	3,5	7,6	24,1	31,5
Itália	624	645	577	1	6,3	4,8	13,3	23,2	9,1	29,0
México	312	458	2,0	1,9	2,6	9,5	18,1	24,4	20,7	19,5
Espanha	222	683	1,4	1,9	13,2	8,0	39,5	25	9,2	17,5
Luxemburgo	-	-	-	-	-	-	-	6,5	9,2	17,5
Holanda	633	1,2	2,0	1,4	10,5	12,3	63,8	39,0	-8,9	17,1
Suécia	108	80	251	430	1,9	14,4	23,4	11,8	-1,3	12,0
Bélgica- Luxemburgo**	314	955	1,5	1,0	8,0	10,6	88,7	-	-	-
República Federal da Alemanha	770	6,71	342	875	-	-	-	-	-	-
MUNDO	13,3	26,5	54,0	55,8	207,4	342,7	1,400,5	980,7	1,309	1,524,4

* Inicia em 1992 após a dissolução da URSS ocorrida em 1989.

** A partir de 2002 os dados passaram a ser computados individualmente para os países.

*** Dados considerados a partir da unificação da Alemanha em 1989.

Fonte: Organizada pelas autoras a partir dos relatórios da UNCTAD – Disponível em <http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>

Dentre esses novos atores emergentes destaca-se a participação do Brasil que de 7ª posição dentre os países que mais receberam IED em 1970, passa a ocupar o 5º lugar em atração no ano de 2012, ultrapassando países que tradicionalmente despontavam como os maiores receptores como Reino Unido, França, Rússia e Alemanha. Essas variações de valores e atores deixa claro a volatilidade que conduz a direção dos fluxos de IED no mundo.

Ampliando a análise do papel que o Brasil ocupa dentre estes maiores receptores de IED no mundo, vale resgatar alguns elementos construídos na década de 1990 e que permitiram essa atratividade ao capital externo. Segundo Videira (2009, p. 109), este período têm como marco a abolição quanto às restrições do capital estrangeiro no Brasil:

As alterações na legislação, ocorridas entre 1991-93, estiveram orientadas ao favorecimento da saída do capital estrangeiro no Brasil, no que tange à remessa de lucros e pagamentos de tecnologias. [...] Em 1995, a revisão constitucional permitiu que vários setores econômicos (a exemplo do petróleo, indústria extrativa, navegação de cabotagem, telecomunicação e serviços) tivessem as barreiras ao capital estrangeiro eliminadas ou flexibilizadas.

O crescimento dos fluxos de IED e o avanço das empresas de capital estrangeiro (ECE) na economia brasileira foram inusitados a partir de 1995, como afirma Gonçalves (1999). Assim, para o mesmo autor, “em um período de três anos (1996-98), o Brasil experimentou a penetração do capital estrangeiro no aparelho produtivo nacional como nunca antes em toda a sua história” (GONÇALVES, 1999, p. 14), refletindo numa intensa desnacionalização de sua economia.

Se formos resgatar a história do capital externo no Brasil, sugere-se reforçar que no decorrer do século XIX, ocorreu um avanço deste capital, principalmente a partir da segunda metade do século:

Quando o capital estrangeiro (predominantemente britânico) esteve presente por meio da concessão de empréstimos. Os recursos externos foram usados no financiamento da infra-estrutura, tais como estradas de ferro, portos e serviços de utilidade pública, e no financiamento do déficit público [...] (GONÇALVES, 1999, p. 53)

Podemos considerar que no período entre as duas guerras mundiais já era possível perceber uma presença significativa do capital externo no país. Segundo Gonçalves (1999, p. 55)

As principais empresas de papel, fumo e fósforo eram controladas por investidores britânicos, que também tinham investimentos expressivos em moinhos e nas indústrias de alimentos, equipamento ferroviário, lâmpadas, transformadores, aparelhos domésticos, fonógrafos e sacos de papel.

Ainda, segundo o mesmo autor:

Havia também investimentos de empresas suíças no setor de curtumes e processamento de alimentos, investimentos franceses no setor químico; investimentos canadenses e norte-americanos na produção de cimento – o projeto da fábrica norte-americana de cimento recebeu isenção fiscal e outros incentivos em 1933 [...]. Havia também investimentos argentinos em moinhos de trigo, processamento de algodão, cimento e em outros setores. As empresas líderes na fabricação de produtos químicos e farmacêuticos eram subsidiárias de companhias britânicas, francesas, alemãs e americanas (GONÇALVES, 1999, p. 56).

Portanto, em agosto de 1964, é aprovada a Lei nº 4390, que alterava artigos da Lei nº 4131, onde o capital externo passa a ser “tratado” da mesma forma que o capital nacional, como afirma Gonçalves (1999, p. 60-61).

Ambos os instrumentos legais foram regulamentados pelo Ato Executivo nº 55762 (fevereiro de 1965) e vigoram até hoje, somente tendo sofrido alterações mais significativas nos anos 90 (Lei nº 8383 de dezembro de 1991 e reforma constitucional de 1995) [...]. O princípio básico dessa legislação é que o investidor externo recebe tratamento nacional, isto é, o capital externo tem tratamento idêntico àquele que é dado ao capital nacional.

Já nos anos 1970, segundo Gonçalves (1999), a economia brasileira tinha um dos graus mais elevados de internacionalização da produção no mundo. Porém ao longo dos anos isso foi mudando, principalmente com a dívida externa nos anos 1980, como traz Gonçalves (1999, p. 67):

As ECE reduziram, significativamente seus investimentos no Brasil na década perdida, com a crise da dívida externa nos anos 80. [...] No contexto de profunda e longa crise econômica, houve desaceleração do crescimento do estoque de capital estrangeiro ao longo da década perdida.

No Brasil os fluxos de IED voltam a crescer a partir de 1995, como afirma Gonçalves (1999, p. 77), sendo inusitado na história do Brasil e do mundo. “No passado recente não se tem verificado, todavia, uma penetração tão rápida, ampla e profunda do capital estrangeiro em economias e países com características similares às do Brasil”.

Gonçalves (1999, p. 88) também afirma que as políticas e estratégias do governo também foram determinantes à entrada do capital estrangeiro no país:

Mais precisamente, os erros e equívocos de política e estratégia do governo FHC têm provocado o aumento extraordinário da desnacionalização da economia brasileira, em um período marcado por desempenho medíocre e desequilíbrios extraordinários.

Segundo o mesmo autor, a partir de 1994-95, os principais determinantes do

comportamento dos fluxos de IED para o Brasil são: “situação macroeconômica, padrões de concorrência, reestruturação produtiva, estratégias empresariais, aparato regulatório, privatizações, e tamanho do mercado” (GONÇALVES, 1999, p. 91-92).

Ao longo dos anos 90 as restrições ao IED na economia brasileira foram sendo aos poucos abolidas. É importante notar que:

As alterações na legislação básica ocorridas no período 1991-93 estavam orientadas para a criação de melhores condições para a saída do capital estrangeiro, principalmente no que se refere às restrições quanto à remessa de lucros e pagamentos por tecnologia (Canuto, 1994; Barros, 1993). O término da Lei de Informática em 1994, que apresentava fortes impedimentos à entrada do capital estrangeiro nesse setor, também foi outro marco importante do processo de abertura (GONÇALVES, 1999, p. 103-104).

Outra informação a que Gonçalves (1999, p. 107) nos remete é a de que entre 1991 e abril de 1998:

Houve privatizações de empresas públicas pertencentes ao governo federal e aos governos estaduais, bem como concessões para telefonia móvel na área de telecomunicações [...]. Os investidores estrangeiros entraram com 12 bilhões de dólares, isto é, uma participação de 27,8%. O principal país de origem dos investimentos foi os Estados Unidos, com 13,8% de participação, seguido da Espanha (4,5%) e do Chile (2,3%). Esses três países participaram com 20,6% do valor total dos investimentos externo nesse processo.

Assim, buscando respaldo em dados que mostrassem a origem do capital estrangeiro mais presente no país sob a forma de IED, construímos a Tabela 2 que ilustra o estoque do capital no Brasil de 1995 à 2010.

Em virtude das mudanças realizadas na metodologia do Banco Central, como explicado anteriormente, torna-se duvidosa as análises dado as distorções quanto ao grande aumento do IED em 2010, no entanto, é evidente que houve mesmo um crescimento exorbitante no estoque de IED no Brasil, que deveu-se tanto pelo número de empresas declarantes, que passou de 6.322 em 1995 para 13.662 em 2010, quanto pelo maior volume de capital em circulação no mundo como afirmam vários estudiosos da área e instituições que tratam do assunto, como a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), por meio dos seus relatórios WIR. E, principalmente porque neste interstício a crise norte-americana e a da Zona do Euro contribuíram para que os investimentos tomassem a direção dos países emergentes com mais afinco.

A análise da Tabela 2 mostra que o maior investidor no Brasil durante os anos de 1995 à 1997 são os Estados Unidos, com 28,2% do estoque total de capital estrangeiro no país; os países que o seguem são Espanha, Bélgica, Reino Unido, Alemanha, México, dentre outros países que também mostram aumento de investimento no Brasil ao longo desses 15 anos.

A China novamente merece destaque, de 1995 até 2010 pouco investiu no Brasil, mas a partir de 2011, embora ainda que modestamente em comparação com os outros países quanto ao valor absoluto, em termos relativos aumentou quase 1000% a sua participação.

Assim, as análises e os dados apresentados neste texto, evidenciaram que dentro desse processo de globalização econômica e a expansão do IED mundo afora, o Brasil desperta interesse das grandes corporações em busca de novos mercados para inserir seus investimentos. O Brasil desponta nessa economia global principalmente na década de 1990 amparado na política neoliberal implantada. Deste modo, no texto a seguir recorreremos a alguns dados que fortalecem a tese de uma acentuada internacionalização da econômica brasileira, assim a partir da presença de empresas de capital estrangeiro no Brasil, dentro do universo das 500 maiores empresas por venda, de 1995 à 2011 buscamos essa análise.

Tabela 2- Estoque de IED no Brasil: 1995 a 2010⁵ (em US\$ milhões)

Países	Estoque em 1995	Estoque em 2000	Estoque em 2005	Estoque em 2010
EUA	10.852	24.500	27.096	104.698
Espanha	251	12.253	17.589	85.295
Bélgica	558	657	735	50.374
Reino Unido	1.863	1.488	3.491	41.667
França	2.031	6.931	12.238	30.767
Alemanha	5.828	5.110	7.251	30.308
Japão	2.658	2.468	3.261	26.586
Itália	1.259	2.507	4.181	17.872
México	45	132	15.051	15.683
Países Baixos	1.546	11.055	27.012	14.385
Canadá	1.819	2.028	6.690	13.849
Luxemburgo	408	1.034	2.399	13.733
Suíça	2.815	2.252	2.844	13.060
Bermudas	853	1.940	713	9.064
China	28	38	80	7.889
Portugal	107	4.512	2.237	7.233
Austrália	65	78	166	6.541
Ilhas Cayman	892	6.225	6.149	4.812
Ilhas Virgens (Britânicas)	901	3.197	4.811	3.943
Demais	6.917	14.610	18.813	81.868
Total	41.696	103.015	162.807	579.627

5 Conforme informações do Banco Central, o acentuado aumento de valores em 2010 deve-se a uma mudança metodológica na coleta de dados realizada no Censo de Capital Estrangeiro, com mudanças de critérios de valoração dos investimentos, a fim de equiparar-se ao padrão estatístico internacional.

Fonte: Organizada pelas autoras a partir dos Censos do Capital Estrangeiro de 1995 a 2010 realizados pelo Banco Central.

PRESENÇA E ORIGEM DO CAPITAL DAS MAIORES MULTINACIONAIS NO PAÍS

O panorama econômico e político construído ao longo deste trabalho instigou-nos ao exercício de relacionar aos atores que se destacam no IED no Brasil, o controle acionário das maiores empresas de capital estrangeiro que atuam no país.

Como parte do caminho teórico-metodológico desta pesquisa, buscamos identificar e analisar, dentro do recorte temporal dos anos de 1995 à 2011, a presença de empresas com controle acionário estrangeiro no Brasil, a partir de dados coletados na Revista Exame⁶ que anualmente lança uma edição especial sobre as melhores e maiores empresas por venda do país.

A revista Exame, Melhores e Maiores, tem por objetivo medir o desempenho das empresas. O seu critério de classificação “é o da receita de vendas, ou seja, o faturamento bruto, um indicador da contribuição da empresa para a sociedade em termos de produtos e serviços oferecidos no ano anterior” (REVISTA EXAME, 2011, p. 274)⁷.

Após esta justificativa de nossa opção metodológica e das outras discussões empreendidas anteriormente no trabalho que permitiram construir o cenário de entrada e expansão do capital estrangeiro no Brasil, nos debruçamos a analisar os dados referente ao controle acionário estrangeiro dentro do universo das 500 maiores empresas atuantes no Brasil de 1995 à 2011, identificando também os setores de atuação, assim como as oscilações dessas informações nesse período.

Dado as variáveis que analisamos (país de origem do controle acionário, setores em que atuam e localização da sede) terem sido consideradas para cada uma das 500 empresas, gerando assim um grande volume de informações, elaboramos uma tabela agregando todos os dados numa única tabela na fonte primária, porém procuramos aqui fracionar as informações com a finalidade de facilitar a análise. A qual não pode ser estabelecida despreendida da conjuntura econômica e política que contribuiu para a entrada e permanência dessas empresas estrangeiras no país.

Assim, recorreremos a Singer (2001, p. 110) nessa empreitada, onde ele menciona o desenvolvimento econômico do Brasil a partir da década de 1970, quando aumenta o interesse em investir em manufaturas e em liberalizações para o comércio internacional:

6 A revista Exame é uma publicação quinzenal da Editora Abril. Ela é reconhecida como fonte de informação econômica no meio acadêmico embora não traga discussões profundas sobre economia.

7 Outras informações sobre a metodologia adotada pela revista pode ser encontrada a cada exemplar publicado anualmente.

A partir de 1970, o desenvolvimento econômico do Brasil, mais uma vez, volta-se parcialmente para fora, agora, no entanto, não mais como exportador de produtos primários, mas de manufaturados. Essa oportunidade se abriu em função da crescente liberalização do comércio internacional, que se iniciou depois da guerra e atingiu sobretudo o chamado Primeiro Mundo, só alcançando a semiperiferia a partir de 1980. A abertura das fronteiras entre Europa Ocidental, América do Norte e Japão se deu paulatinamente mediante uma série de rodadas de negociações multilateral sob os auspícios do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade). O seu efeito cumulativo, a partir de 1970, passou a possibilitar a exportação de produtos industrializados pelos países chamados na época de “recém-industrializados”, os NICS (Newly Industrialized Countries).

Assim, para Singer (2001, p. 110-111)

Na década de 1970, o Brasil foi o maior dos NICS. [...] Em uma dúzia de anos o Brasil passou de exportador de produtos primários, sina dos países subdesenvolvidos, a exportador de manufaturas, até então apanágio dos países adiantados. A rapidez da mudança pode ser mais bem apreciada pela observação do valor de nossas exportações industriais: 1,44 bilhão de dólares em 1972, 6 bilhões em 1978 e 17,9 bilhões em 1984. Em doze anos, o valor de nossas vendas de produtos manufaturados a outros países foi multiplicado por 12,4!

A partir desse contexto Magalhães (2009, p. 23) esclarece que o capital estrangeiro

Está à procura de novos mercados, novos recursos, maior eficiência e ativos importantes para seu estabelecimento enquanto empresa mundial. Aos países “emergentes”, resta competir entre si para apresentar o cenário mais favorável possível a este IED, de forma que tal capital se sinta atraído a migrar, o que inseriria este país no mercado mundial de comércio.

É nessa conjuntura de procura por novos mercados, mão de obra farta e barata, legislação ambiental e trabalhista flexível, atrativos fiscais, dentre outros, que as multinacionais inserem suas filiais em diversos países do mundo, principalmente países subdesenvolvidos ou aqueles hoje denominados de emergentes, a exemplo do Brasil. A Tabela 3 é reveladora da diversidade de origens de capital presente no controle acionário das maiores empresas do país nos últimos 17 anos.

Em 2011, das 500 maiores empresas presentes no Brasil, 309 delas eram de capital nacional e o restante, estavam distribuídos nas mãos de estrangeiros, com o controle majoritário sob responsabilidade de apenas uma origem de capital (170 empresas), e neste caso encontramos 29 nacionalidades diferentes dentro do universo de nossa pesquisa. Além desse controle majoritário único, encontramos o controle acionário majoritário na forma de associações (21 empresas como mostra a Tabela 5) de duas ou mais origens de capitais, e nesse caso identificamos 29 associações diferentes. No total, no ano de 2011 encontramos 191 empresas

estrangeiras entre as 500 maiores, o que mostra que embora as empresas de capital estrangeiro tivesse presença relevante dentre as maiores do país, com 38,2% delas, ainda se sobressai as de capital nacional.

Fica evidente que grande parte das maiores empresas estrangeiras presentes no Brasil nos últimos 17 anos, não apresentou grande alterações quanto as suas nacionalidades, historicamente tendo a frente o capital estadunidense, francês, alemão e italiano. Em 2011 as empresas com origem norte americana eram 51, representando 30% do total das 170 empresas estrangeiras de capital majoritário em uma nacionalidade presentes no país; na sequência vem às empresas de origem francesa, com 21 delas, representando 12,3%, o capital alemão controla 15 empresas, respondendo por 8,8%, o italiano 11 empresas, representando 6,5% do total, o suíço controla 8 empresas em nosso país respondendo por 4,7% do total e o espanhol e holandês com 7 empresas cada, controlando 4,1% do total cada um, o japonês com 6 empresas representando 3,5% e o inglês e mexicano com 5 empresas cada um, respondendo por 2,9% do total.

Tabela 3 – Número de empresas com controle acionário estrangeiro no Brasil⁸ - 1995 à 2011

PAÍS DE CONTROLE ACIONÁRIO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Americano	60	56	58	73	74	76	74	72	64	62	56	61	66	48	53	50	51
Alemão	18	21	20	13	16	14	15	16	15	17	18	14	14	14	13	13	15
Argentino	1	1	2	5	3	4	5	4	3	3	3	3	1	3	1	3	3
Austríaco			1			1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	
Bermudense	2	2	2	2	2												
Australiano	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1	1	1
Belga	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	4	4	5	5	5	5	4
Canadense	3	2	2	1	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3
Caymann	1	1	1	1	1	1											
Chinês																	4
Colombiano					1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1	1
Chileno	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		2	2	2	3
Coreano			1	1	1	3	3	4	4	4	4	1	3	3	3	3	3
Espanhol	3	5	5	6	5	7	7	8	9	9	9	10	14	11	14	7	7
Finlandês	1	1	1	1	2	2	2	2	2	3	3	1	1	2	2	2	1
Francês	18	19	20	22	19	21	20	18	19	18	20	20	16	21	25	19	21
Holandês	9	6	6	7	7	7	7	8	8	8	7	7	6	7	5	7	7
Indiano	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	1
Irlandês												1		1	1	1	1
Israelense				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	

Inglês	6	7	8	8	8	7	7	8	9	10	10	9	12	5	7	6	5
Italiano	9	10	11	11	12	13	14	10	11	12	14	11	10	12	9	10	11
Japonês	7	7	7	6	7	9	9	9	8	8	8	8	8	8	8	7	6
Luxemburguês	1	1	1	2	2	2	2	2	2	1	1						
Mexicano	4	4	5	6	7	7	9	9	9	8	7	5	6	5	6	6	5
Norueguês	1		1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Português	3	3	3	4	4	4	4	3	3	3	3	3	5	4	5	4	4
Sueco	4	3	3	3	3	3	3	3	4	4	4	4	5	4	4	4	4
Suíço	10	10	11	10	9	9	9	9	9	9	8	10	11	9	7	9	8

Fonte: Organizado pelas autoras a partir das Revistas Exame Melhores e Maiores de 1995 à 2011.

Fazendo uma análise dentro do recorte temporal proposto (1995-2011) podemos perceber que a nacionalidade de alguns controles acionários desapareceu do *ranking* da revista após o ano 2000. Como exemplo desses casos, temos o controle acionário bermudense (2000), luxemburguês (2006) e caimanês (2001). Dentro de nossas pesquisas identificamos que as empresas pertencentes a estas nacionalidades passaram por processos de fusões, sendo adquiridas por outras empresas de nacionalidade diferente⁹. Destacamos também que estas nacionalidades correspondem a paraísos fiscais, *locus* atrativos às sedes de empresas, muitas delas *offshore* que conseguem as alquimias financeiras possibilitadas pelos paraísos fiscais. No entanto, temos também novas nacionalidades nos controles acionários que surgiram ao longo dos anos de análises, sendo eles: coreano (1997), chinês (2011), colombiano (1999) e irlandês (2006).

Em relação a origem chinesa, destacamos que embora ela apareça apenas no ano de 2011 no conjunto das empresas estrangeiras, já apresenta quatro empresas dentre as maiores do país. Essa presença interage também com o volume de IED destinado ao país de forma crescente, como mostrou a Tabela 3.

A espacialização do capital estrangeiro se materializa, em sua grande maioria, nas capitais dos estados brasileiros. É o caso do estado de São Paulo, que se destaca por alocar a maioria das sedes das empresas internacionais localizadas no país, 66%, atrás vem o Rio de Janeiro e Minas Gerais com 7% cada, Amazonas e Paraná com 4,7%, Rio Grande do Sul com 2,1%, Santa Catarina e Espírito Santo com 1,5% cada e Pernambuco, Goiás, Bahia, Distrito Federal Ceará e Sergipe com números menos expressivos, menos de 1% cada. Apenas as capitais desses estados alojam 61% das sedes das empresas estrangeiras, o restante está distribuído em sua grande maioria nas suas Regiões Metropolitanas ou cidades médias. Sozinho o estado de São Paulo concentra 66% das sedes e a cidade de São Paulo aloja 77% delas. Indo ao encontro dos trabalhos de Videira (2006 e 2009) quando revela o poder concentrador de São Paulo, no caso das sedes bancárias.

No que tange as associações de capitais, essas também foram analisadas

9 As empresas por trás destes dados são: Santista Alimentos, Fertilizantes Serrana e Ceval Centro-Oeste que passaram para o controle da Bunge. A empresa Belgo Mineira Bekaert e a Igara também passaram por processos de alterações societárias.

Nipo-Americano																1	1		
Pulverizado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	2
Sueco-Filandês																1	1	1	
Suíço/Neozelândia																1	1	1	
Franco-Belga																1	1	1	1

Fonte: Organizado pelas autoras a partir das Revistas Exame Melhores e Maiores de 1995 à 2011.

Da mesma forma, temos também as empresas de controle acionário Anglo-Indiano/Belgo, Anglo-Indiano/Espanhol, Anglo-Sueco, Brasileiro/Coreano, Brasileiro/Sueco/Finlandês, Brasileiro/Chileno, Brasileiro/Luxemburguês, Brasileiro/Paraguaio, Nipo-Americano e Sueco/Finlandês que surgiram nos últimos anos de nossa análise como mostra a Tabela 4.

Quanto aos setores em que as empresas com controle acionário estrangeiro atuaram nos últimos 17 anos, a Tabela 5 sintetiza tais informações.

Tabela 5 – Setores em que as empresas estrangeiras atuaram no Brasil – 1995 à 2011.

SETORES	1995	SETORES	2000	SETORES	2005	SETORES	2011
	Nº DE EMPRESAS						
Autoindústria	23	Autoindústria	29	Autoindústria	31	Autoindústria	31
Bens de Consumo	34	Bens de Consumo	30	Bens de Consumo	26	Bens de Consumo	24
Atacado	6	Atacado	4	Atacado	3	Atacado	6
Energia	5	Energia	14	Energia	18	Energia	18
Varejo	13	Varejo	15	Varejo	13	Varejo	12
Telecomunicações	6	Telecomunicações	12	Telecomunicações	17	Telecomunicações	8
Eletroeletrônico	21	Eletroeletrônico	21	Eletroeletrônico	21	Eletroeletrônico	18
Indústria Digital	6	Indústria Digital	15	Indústria Digital	11	Indústria Digital	7
Siderurgia e Metalurgia	9	Siderurgia e Metalurgia	13	Siderurgia e Metalurgia	14	Siderurgia e Metalurgia	11
Química e Petroquímica	28	Química e Petroquímica	31	Química e Petroquímica	26	Química e Petroquímica	23
Papel e Celulose	4	Papel e Celulose	4	Papel e Celulose	3	Papel e Celulose	3
Bens de Capital	5	Bens de Capital	4	Bens de Capital	6	Bens de Capital	2
Farmacêutico	9	Farmacêutico	9	Farmacêutico	8	Farmacêutico	8
Indústria da Construção	5	Indústria da Construção	7	Indústria da Construção	5	Indústria da Construção	4
Serviços	3	Serviços	7	Serviços	4	Serviços	5
Mineração	2	Mineração	2	Mineração	3	Mineração	4
Produção Agropecuária	1	Produção Agropecuária	1	Produção Agropecuária	1	Produção Agropecuária	2
Têxteis	2	Têxteis	2	Diversos	1	Diversos	1
		Transporte	2	Transporte	2	Transporte	3

Fonte: Organizado pelas autoras a partir das Revistas Exame Melhores e Maiores de 1995 à 2011.

Com esses dados, percebemos que são 19 os setores em que as empre-

sas estrangeiras atuaram no ano de 2011, sendo que dentre esses, dois setores - transporte e diversos - surgiram a partir do ano de 2000 enquanto o setor têxtil desaparece do *ranking* a partir do ano de 2000. De todos esses setores, os que mais se destacaram durante os anos de análise são: Autoindústria, Bens de Consumo, Eletroeletrônico, Varejo e Químico e Petroquímico. Isso se explica pelo fato das primeiras indústrias instaladas no Brasil serem indústrias de base, as quais foram responsáveis por dar todo o suporte para o desenvolvimento do país.

Pode-se ter como análise também que os setores que mais cresceram desde 1995 até 2011 são Autoindústria, Energia, Telecomunicações, Indústria Digital, Siderurgia e Metalurgia, Mineração, Produção Agropecuária e Transporte. Já alguns exemplos de setores que diminuíram foram Bens de Consumo, Varejo, Eletroeletrônico, Químico e Petroquímico, Papel e Celulose, dentre outros presentes na Tabela.

Podemos explicar esse aumento nos setores indicados acima devido, principalmente, a abertura comercial a partir de 1990 que como já foi discutido anteriormente, foi um momento do auge da entrada de capital internacional no Brasil.

Quanto ao aumento dos setores de indústria digital, esta pode ser considerada como um reflexo da lei da Informática aprovada no ano de 1991, que beneficiou um considerável número de empresas voltadas para as atividades intensamente tecnológicas. O setor de telecomunicações teve um incremento que pode se justificar devido ao grande número de privatizações de empresas estatais ocorridas na década de 1990.

Dessa forma, fica claro a diversidade de setores da economia em que a empresa de capital estrangeiro atua, no entanto, também é notável uma concentração destas em segmentos com alto valor agregado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de pesquisa constituiu-se de um esforço teórico e empírico sobre a internacionalização da economia brasileira, resgatamos elementos no decorrer de várias décadas que permitiram construir um cenário que entremeasse da escala global até a escala nacional, traduzindo-se numa leitura que permitiu discussões sobre o processo da globalização relacionado com a economia brasileira, chegando às análises sobre o Investimento Direto Estrangeiro (IED), onde foi possível observar tanto a participação quanto a evolução desse indicador em nosso país.

É evidente que essa temática seja mais próxima das Ciências Econômicas, no entanto nada impede que outras áreas do saber tomem-na como preocupação para ultrapassar a leitura muitas vezes econométricas que o tema enseja, trazendo-a à luz de uma análise espacial, de uma análise que dialogue as varias facetas que a compõem (social-política-econômica), de uma análise que permita um diálogo e uma socialização com os seus pares. Assim nasceu o interesse dessa temática e a intenção dessa pesquisa.

A questão do investimento externo direto - IED tem recebido grande atenção nas leituras da Geografia Econômica, em especial a partir da década de 1990,

quando este deixou de ser um investimento voltado somente para países desenvolvidos, passando a ter grande influência e participação também nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, destaca-se o Brasil como um grande receptor dessa forma de investimento, favorecido pela abertura da economia, privatizações, fusões e aquisições.

A empiria revelou que tradicionalmente os maiores receptores de IED pouco mudaram ao longo da história, sempre se revezaram entre os primeiros. O inusitado ao longo do período analisado é a emergência da China durante os anos 2000, país que só começa a aparecer, mesmo que modestamente, na década de 1980. O Brasil também merece comentários por despertar interesse deste tipo de investimento de forma considerável, o que o eleva a 5ª posição no *ranking* dos países que mais receberam IED no ano de 2012. Embora os atores hegemônicos continuem em cena, tiveram suas posições ofuscadas pelas crises ao longo de 2000, quando então o capital toma outras direções.

Grande parte das nacionalidades das empresas estrangeiras que atuam no país (Tabela 4) pode ser associada com aqueles países que mais possuem matrizes multinacionais como mostrou a Tabela 2 e, a Tabela 3 que traz a participação do capital estrangeiro no país. Os atores se sobrepõem, se repetem sob vários aspectos de análise, o que atesta a hegemonia que estes veem tradicionalmente escrevendo ao longo da história.

A presença das empresas de capital estrangeiro em determinados setores da economia brasileira, pouco tem mudado também ao longo da história, quase sempre presentes naqueles setores que agregam mais tecnologia como outrora foi necessário quando da industrialização brasileira. Esse foco se manteve, o novo foi a participação em setores que passaram por processos de privatização ao final da década de 1990, como o setor de telecomunicações e serviços financeiros.

Acreditamos que estas análises não se esgotam aqui, novos olhares e vertentes de pesquisas devem ser engatilhados para que se construa um conjunto de referenciais que permitam a leitura desta conjuntura contemporânea da internacionalização da economia brasileira.

ECONOMIC GEOGRAPHY: AN ANALYSIS OF TRANSNATIONALITY OF BRAZILIAN ECONOMY

ABSTRACT

Increase in direct foreign investment in Brazil has increased since the 1990s and is highly relevant for the country's economic history. This fact has been influenced by the international opening of the economy, a product of neoliberal policies that bound together privatization in different sectors of the economy and the establishment of multinational firms with share controls of different nationalities. As from the establishment of multinational firms in Brazil, the analysis investigates

the context of foreign capital in Brazil and of the biggest 500 firms in sales between 1995 and 2011, results show that traditionally the greatest DFI sources changed little through history. The same issue repeated itself when other items for analysis were examined, such as nationalities or sectors in which multinational firms were conspicuous. Traditional hegemony in world economy has changed very little even though there have been sometimes other agents that emerged to bring about a different factor within the history of internationalization in Brazilian economy.

Keywords: Internationalization of Brazilian economy; Transnational firms; Direct foreign investment (DFI).

GEOGRAFÍA ECONÓMICA: UN ANÁLISIS DE LA TRANSINTERNACIONALIDAD DE ECONOMÍA BRASILEÑA

RESUMEN

El aumento de la inversión extranjera directa (IED) en Brasil, desde la década de 1990, es relevante en la historia económica del país, influenciado por la apertura de la economía, fruto de la adopción de políticas neoliberales que conjugaron además de las privatizaciones en diferentes sectores de la economía, la instalación de diversas multinacionales con control accionario de variadas nacionalidades. En este escenario nos propusimos a analizar la instalación de empresas multinacionales en el país, algunas cuestiones que involucran el proceso de la globalización económica brasileña, la intensa presencia de IED en el país y, el origen del capital y segmento de actuación de las mayores multinacionales aquí presentes. De esta manera, la presencia de empresas de capital extranjero en Brasil, dentro del universo de las 500 mayores empresas por venta, durante los años de 1995 a 2011, revelamos que tradicionalmente los mayores emisores de IED para el país poco cambiaron a lo largo de la historia, cuando buscamos otras facetas de análisis, como nacionalidades o sectores en que las multinacionales actúan, la cuestión se repite, que revela que tradicionalmente la hegemonía en la economía mundial ha cambiado poco, sin embargo, una u otra vez, algunos nuevos actores y elementos surgen para traer un diferencial a la historia de la internacionalización de la economía brasileña.

Palabras clave: Internacionaización de la Economía Brasileña; Empresas Transnacionales; Inversión Extranjera directa (IED).

REFERENCIAS

ALMEIDA, Paulo R. **Os primeiros anos do século XXI** – o Brasil e as relações internacionais contemporâneas. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

- BENAKOUCHE, Rabah. O que é capital internacional?. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- DICKEN, Peter. **Mudança global – mapeando as novas fronteiras da economia mundial**. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. O nó econômico. In: SADER, Emir (org) **Os porquês da desordem mundial – mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O investimento estrangeiro direto (IED) na América Latina: elementos para uma análise totalizante. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC: Tese de Doutorado em Ciências econômicas. Florianópolis, 2009.
- REVISTA EXAME. Melhores e Maiores. São Paulo: Abril, nº 995-E, Julho 2011. 700 p. Edição especial.
- SAMBATTI, Andréia Polizeli; RIBEIRO, Michele Roberta. Uma análise sobre os fluxos de investimento externo direto e sua distribuição setorial no Brasil a partir da década de 1990. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IVSeminarario/IVSeminarario/Artigos/16.pdf>> acesso em: 25 de Janeiro de 2012.
- SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2003
- SINGER, Paul. Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, Ignacy; WILHEIN, Jorge; PINHEIRO, Paulo S. (orgs) **Brasil um século de transformações**. Cia das Letras: São Paulo, 2001.
- VIDEIRA, Sandra L. São Paulo: centro de gestão bancária, In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006, p.339-355.
- _____. **Globalização Financeira: um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil**. Guarapuava: Ed.Unicentro, 2009, p.344
- Outras fontes:
- Disponível em** < <http://exame.abril.com.br/negocios/melhores-e-maiores/>> acesso em: 18 de novembro de 2011.